

## **VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais**

**Simpósio da Rede Interdisciplinar de Estudos Comparativos (RIEC): Direito, Justiça e Segurança Pública : Isaac Joseph, o espaço público e as políticas públicas.**

### **Painel 3 - Políticas Públicas, Violências e Discursos**

#### **Informação, política de segurança pública e sentimento de (in) segurança**

Ana Paula Mendes de Miranda<sup>1</sup>

#### **Resumo:**

Trata-se de uma reflexão sobre como têm sido produzidos e analisados os dados estatísticos referentes aos registros de crimes por instituições policiais do estado do Rio de Janeiro. Embora o uso da informação estatística possua um caráter estratégico, porque permite ajudar no planejamento, execução e (re) direcionamento das ações do sistema de segurança pública, este método de gestão contrasta com as formas tradicionais de administração policial, baseada apenas na experiência e no “bom senso” dos agentes e/ou autoridades policiais. Como contraste, tomaremos como referência o modo como esses dados são coletados, divulgados e analisados pela mídia, observando como a conjugação entre os números e as percepções da (in) segurança se relacionam na construção de uma política de segurança pública.

#### **1- A informação e a construção do conhecimento**

A informação é considerada usualmente como um conjunto de fatos (acontecimentos) e/ou dados a respeito de algo, que constituiriam o ato de informar, entendido como um processo de interação do sujeito com o mundo exterior. De acordo com a teoria da informação, enunciar uma mensagem permite a redução da incerteza sobre uma dada realidade. Nesse sentido, informar significa comunicar os fatos, tornando-os públicos, e privilegiando uma visão dos fatos como “coisas”, cujo relato isento propiciaria a percepção da realidade como ela é.

---

<sup>1</sup> Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública (Rio de Janeiro), Professora da Universidade Candido Mendes, Doutora em Antropologia Social

Mas o que são “dados”? São elementos de informações ou representações de fatos que servem de base para a formação de uma análise, cujo resultado será influenciado por diversos fatores. O uso mais comum dos “dados” está relacionado à estatística.

A criação da palavra *Estatística* é atribuída ao pesquisador alemão Gottfried Aschenwall (1719-1772) com o sentido de *ciência do Estado*, que permitiria aos governantes ter um diagnóstico mais objetivo dos fatos concernentes aos seus domínios. Acreditava-se, então, que as cifras trariam mais credibilidade e legitimidade do que as descrições textuais. Tratou-se, portanto, de uma forma de conhecimento que surge como um dos elementos da teoria da arte de governar, relacionada ao desenvolvimento dos aparelhos administrativos do Estado, nos séculos XVII e XVIII.

A busca pela objetividade e neutralidade é algo já amplamente discutido desde que Foucault (1990) analisou a complexa relação entre os saberes e o poder, afirmando que todo saber é político, não apenas porque foi produzido pelo Estado, mas porque todo saber tem em sua origem relações de poder.

A estatística entendida como ciência do Estado se constitui em um exemplo privilegiado dessa relação entre saberes e poderes, que vai desde a escolha dos temas a serem investigados até os conceitos, bem como outros aspectos metodológicos da produção de estatísticas públicas, tudo é produto de escolhas feitas pelos “analistas”. Assim, as estatísticas não podem ser compreendidas como uma cópia da realidade, mas sim como sínteses construídas a partir da observação das realidades. Conseqüentemente, todo recorte estatístico é constituído por diferentes interpretações de um mesmo fato, o que explica a existência de um grau aceitável de inexatidão, muito embora haja um discurso de que os números sejam sempre exatos.

A inexatidão da informação estatística tem sido comumente interpretada como uma forma de manipulação intencional, com o objetivo de obter os resultados que interessam aos governos. Esta prática é tradicionalmente chamada de “maquiagem”, como referência ao hábito, geralmente feminino, de utilizar-se de produtos de beleza para disfarçar imperfeições e realçar pontos positivos. Não há como negar que a metáfora se aplica bem a diversas formas de governos, nacionais ou internacionais, mais ou menos democráticos, que ao longo da história procuraram mascarar os fatos.

Porém, há que se problematizar mais a inexatidão estatística sob o risco de perdermos um instrumento de análise necessário para a construção de políticas públicas. Primeiro, é preciso se pensar para que servem os dados na segurança pública? Servem para,

principalmente, orientar a administração quanto aos caminhos que deve seguir no planejamento, execução e redirecionamento das ações do sistema policial. Servem, também, para a população conhecer o que, concretamente, está acontecendo ao seu redor; e, depois, para que, conhecendo os dados e áreas de incidência, a população e os diferentes setores da sociedade civil possam objetivar as demandas por providências do Poder Público e contribuir para o esforço comunitário contra a insegurança.

O uso da informação estatística possui um caráter estratégico porque permite dar significado ao oceano de dados que inundam a administração pública. A sua importância não está apenas na divulgação da informação, mas na transformação da informação bruta em algo que possa servir para orientar ações futuras. Portanto, é o contexto que vai determinar o sentido dos dados.

O processo de quantificação para que seja útil à interpretação da realidade deve ser complementado pelas informações qualitativas, que fornecem mais detalhes sobre o fenômeno que se pretende estudar.

A propósito da insegurança, cumpre sublinhar que os dados estatísticos dão conta apenas do que se pode chamar de (in) segurança objetiva, o que tem a ver pura e simplesmente com a quantidade das ocorrências criminais. Não dão conta da (in) segurança subjetiva, também conhecida como sentimento de insegurança (Roché, 1990 e 1998), que, independentemente dos dados objetivos, pode ser ampliada por inúmeros fatores, mas principalmente pelo impacto emocional destas ou daquelas ocorrências em função de quem seja a vítima ou o local onde tenham ocorrido.

## **2 - A informação como instrumento de políticas públicas**

O Brasil é uma república federativa, formada por 26 Estados, mais de 5.500 Municípios e um Distrito Federal, cuja Constituição em vigor estabelece as competências relativas à segurança pública, no título V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), em seu art. 144, como sendo um dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida “para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Brasil, 2004) pelos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militares.

O Estado do Rio de Janeiro é o único do Brasil que publica mensalmente em Diário Oficial os registros de ocorrência em delegacias, de crimes ou outros eventos ocorridos em

todo o seu território. Estas informações também estão disponíveis na *internet*, no *site* [www.institutodeseguranca.rj.gov.br](http://www.institutodeseguranca.rj.gov.br). Este trabalho teve início em 1999, como parte do Programa de Qualificação Estatística e Relação com a Mídia. Participaram deste projeto diversos setores da sociedade, em especial, pesquisadores que estudam a temática da violência, criminalidade e segurança pública (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2000). Os objetivos principais foram dar transparência aos dados; incorporar conhecimento especializado no tratamento das estatísticas, proveniente ou não de fontes policiais; e desagregar os dados por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)<sup>2</sup>, a fim de produzir mapas de risco com indicação de pontos de concentração de ocorrências de crimes.

Em 2000, foi criado o Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública (NUPESP), vinculado ao Instituto de Segurança Pública<sup>3</sup>, tendo como finalidades principais produzir os relatórios estatísticos sobre o sistema de segurança pública estadual, além de desenvolver e coordenar estudos sobre a justiça criminal e segurança pública, que possam contribuir para o aprimoramento profissional dos policiais.

Trata-se de um órgão que pretende promover a integração entre a metodologia acadêmica de pesquisa e a avaliação institucional do trabalho policial. Tradicionalmente, a gestão dos recursos policiais e o planejamento das ações têm sido orientados apenas pela “experiência” e “bom senso” dos agentes (investigadores, inspetores e oficiais de cartório) e autoridades policiais (delegados). Nesse sentido, considera-se que a realização de diagnósticos, a definição de metas, critérios de avaliação e a elaboração de medidas de desempenho consistentes é um trabalho que pode auxiliar tanto para avaliação da qualidade desse trabalho, quanto possibilitar o gerenciamento profissional da polícia, de forma a constituir-se numa política pública de segurança.

Juntamente com a divulgação no Diário Oficial dos dados estatísticos sobre a criminalidade no Estado, o Instituto de Segurança Pública (ISP) passou a publicar o **Boletim Mensal de Monitoramento e Análise**<sup>4</sup>, a fim de dar conta à população não só do significado dos números em relação às metas estabelecidas para o setor, como também do que eles representam em relação às séries históricas sobre os crimes que mais preocupam a população.

---

<sup>2</sup> Trata-se da correspondência geográfica entre a área de um batalhão da Polícia Militar (responsável pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública) e uma ou mais circunscrições de delegacias da Polícia Civil (exercendo as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais).

<sup>3</sup> O Instituto de Segurança Pública é uma autarquia, criada em dezembro de 1999, para assegurar, gerenciar e executar a política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, elaborando o planejamento da força policial que mais atenda às necessidades da sociedade. O ISP está vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública, mas tem receita própria e gestão descentralizada.

<sup>4</sup> Também disponível no *site* [www.institutodeseguranca.rj.gov.br](http://www.institutodeseguranca.rj.gov.br).

Os crimes analisados mais profundamente são: homicídio doloso, extorsão mediante seqüestro, roubo de carga, roubo e furto de veículos, roubo à banco, roubo a transeuntes, roubo à residência, roubo em coletivo e latrocínio. Estes itens foram selecionados por atender aos seguintes critérios:

- a) “Crimes violentos, assim considerados internacionalmente, principalmente o homicídio e o latrocínio;
- b) Crimes contra o patrimônio com o uso de violência - popularmente chamadas de assaltos, tais como roubo a transeuntes, roubo em coletivos, roubo e furto de veículos;
- c) Crimes passíveis de intervenção mais direta do Poder Público, razão pela qual, por exemplo, o estupro, embora mereça atenção especial, não esteja incluído entre estes crimes”<sup>5</sup>.

Paralelamente, são realizadas outras formas de análise que são encaminhadas às polícias, de modo a mapear as áreas e horários com maior concentração de ocorrências registradas. Essas informações não são divulgadas para não prejudicar as atividades policiais, já que são utilizadas para planejar as ações operacionais das polícias.

Os profissionais que atuam no sistema de segurança pública, tradicionalmente, trabalham apenas com dados relativos aos crimes que estão sob sua responsabilidade direta. Embora, não haja nada de errado nisso, essa postura não permite perceber a regularidade com que determinados delitos ocorrem, o que dificulta o trabalho de planejamento.

A identificação de padrões, a partir do cruzamento das informações existentes nos bancos de dados das polícias, constitui-se em uma forma de sistematização mais independente do que a memória individual dos agentes. Os policiais consideram fundamental esta forma de trabalho, para que se possa falar no emprego de estratégias preventivas.

Esta estratégia, no entanto, apresenta duas grandes dificuldades: romper com a tradição policial de reter as informações e não compartilhá-las, e enfatizar o aperfeiçoamento da qualidade das informações recebidas e processadas pela polícia. Ressalta-se que a organização e análise dos dados são importantes por dois aspectos: permite que as instituições policiais possuam insumos de qualidade para realizar seu trabalho, visando reduzir a vitimização de cidadãos e policiais, além de permitir que a administração pública conheça os principais problemas do ponto de vista da população, já que se sabe que somente é registrado aquilo que é considerado mais importante, como por exemplo, para fazer jus a direitos, como

---

<sup>5</sup> Ver Boletim Mensal , *op.cit.*

no caso do recebimento de seguro de automóveis, ou nos casos de crimes contra a vida, onde o Estado tem a obrigação de atuar.

A padronização da informação faz parte de um esforço de estruturação e organização das instituições policiais, como forma de centralizar o acesso aos dados na administração central e com o objetivo de reduzir o arbítrio policial. Trata-se de buscar formas de controle institucionais, que assegurem a qualidade e a padronização da informação e do trabalho policial.

### **3 - Do caos às ordens: as disputas entre a “política do sigilo” e a transparência política**

O Registro de Ocorrência é o documento produzido pela Polícia Civil que dará início a um inquérito policial, quando houver indício da existência de algum crime. Conforme já descreveu Roberto Kant de Lima (1995), ainda hoje o registro de ocorrência só é efetivado quando a polícia assim o deseja, o que contraria a legislação e as orientações governamentais atuais. Os policiais argumentam que estariam poupando tempo do cidadão. No entanto, já foi observado que, muitas vezes, o policial leve algumas horas convencendo a vítima a não registrar o crime, gastando provavelmente tempo equivalente ao necessário para se realizar o registro.

É comum criticar-se este tipo de prática, classificando-a como um indício do despreparo policial, assim como do interesse em manter um número baixo de registros, para não contabilizar um número alto de casos não-resolvidos<sup>6</sup>. Embora essas hipóteses não mereçam ser descartadas, acredito, contudo, que esse aparente descaso faz parte de uma forma tradicional de organização e controle de informações, na qual a desordem e a particularização do conhecimento são mecanismos fundamentais para a distribuição e manutenção do poder<sup>7</sup>, do mesmo modo isso pode ser observado nas formas de classificação dos delitos e a dificuldade de padronização dos mesmos.

O registro de ocorrência, na prática, não se restringe às classificações penais. Ao contrário, sua análise explicita mais o modo pelo qual a polícia entende os conflitos sociais, nos quais se incluem os crimes tipificados na legislação brasileira. Observa-se que há uma maior ênfase ao que se denomina *modus operandi* dos delitos, o que explica, do ponto de vista

---

<sup>6</sup> No Boletim de Monitoramento n°. 02, de julho de 2003 (base junho), foi apresentado um levantamento que indicava a média percentual de 2,7% de elucidação para os casos de homicídio.

<sup>7</sup> Tal prática foi observada por mim em outras instituições públicas, tais como Cartórios de Registros Públicos e Arquivos Públicos (Miranda 1997 e 2000).

policial, a existência de um número maior de títulos de ocorrência do que as classificações de crimes na legislação.

Há que se considerar, ainda, que a classificação dos eventos é distinta também entre as duas instituições policiais. Enquanto as categorias utilizadas pela Polícia Civil são quase totalmente relacionadas à legislação vigente no país, que trata dos crimes e contravenções, a classificação adotada pela Polícia Militar trata os eventos de forma mais genérica, incluindo além dos crimes, eventos que são denominados de “assistenciais” e os procedimentos considerados administrativos.

As classificações existentes na Polícia Civil totalizam cerca de 850 títulos, que abrangem a legislação relativa a crimes, contravenções, assim como títulos genéricos que permitem a inclusão de eventos, que não se encaixam nas demais. As classificações de ocorrências na Polícia Militar são agregadas em cinco grandes conjuntos (001 – crimes; 002 – contravenções; 003 – trânsito; 004 – assistenciais; 005 – diversas), que incluem um número variável de itens para detalhamento<sup>8</sup>.

Um outro ponto importante, diz respeito à transitoriedade do título da ocorrência na Polícia Civil, que pode ser modificado ao longo da investigação. Trata-se de uma classificação inicial e provisória que atende ao relato feito no “calor dos acontecimentos”, podendo ser alterado a qualquer momento pela autoridade policial, em face a novos fatos e/ou outras informações obtidas durante o inquérito policial. Neste sentido, a classificação de um fato do ponto de vista policial pode se diferenciar da classificação do mesmo fato por parte do Ministério Público, podendo ter, ainda, uma outra classificação quando do julgamento pelo juiz. Assim, uma análise aprofundada deste ciclo pressupõe que todas as instâncias do sistema de justiça criminal divulguem periodicamente seus dados, com a possibilidade do acompanhamento de um fato desde o registro da ocorrência até o seu julgamento. Infelizmente, esse processo ainda está longe de ser realidade.

A rigor, a classificação dos títulos dos registros de ocorrência deveria ser realizada pelo delegado, mas a prática tem revelado que esta tarefa é feita pelos agentes, e muitas vezes, estes títulos não são conferidos pela autoridade policial. Outra situação comum no cotidiano das delegacias é a classificação de um fato em um título diferente para não contabilizá-lo na classificação correta. Isso ocorre quando há a predominância de um problema numa região e os policiais decidem não registrá-lo mais. Ressalta-se que tal prática pode acontecer independentemente de uma ordem superior, o que caracterizaria uma situação de “maquiagem

---

<sup>8</sup> Ver Ramos (2002) e Guedes (2003).

das estatísticas”. Ao fazê-lo autonomamente, os policiais podem, apenas, estar tentando evitar que sejam cobrados a melhorar a sua produtividade na investigação de tais delitos; podem também demonstrar, ainda que inconscientemente, a discricionariedade do trabalho policial. Atualmente, em função de um maior rigor na análise dos dados e, conseqüentemente, da observação de um maior número de erros, a Polícia Civil adotou como procedimento regular, o encaminhamento dos registros em que há divergência entre o título e o fato descrito para a Corregedoria, que por sua vez fica encarregada de conferir e cobrar as alterações necessárias. Além do caráter correcional, pretende-se com isso influenciar indiretamente a qualidade dos registros de ocorrências.

É importante ressaltar que a organização dos dados na Polícia Civil teve início em julho de 1997, quando a Assessoria de Planejamento (ASPLAN) começou um trabalho de digitação e organização de banco de dados, trabalho que posteriormente foi adaptado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de criar um sistema nacional e integrado de informações, atualmente em fase inicial de implantação no Brasil<sup>9</sup>. Como ressalta Beato Filho (2000), são raras as secretarias de segurança no Brasil que dispõem de departamentos de estatística e coleta de dados, bem como da tecnologia necessária para tal. Em levantamento realizado pelo NUPESP, constatou-se que dos 26 estados apenas quatro informam regularmente seus dados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, sendo que o Rio de Janeiro é o estado que disponibiliza dados no período mais recente.

Uma outra mudança importante nesse processo, foi a criação do Programa Delegacia Legal, em 1999. Seu objetivo foi modificar completamente a forma de operar de uma delegacia de polícia, a partir da organização das informações e também da prestação de um serviço público de qualidade à população, com a retirada das carceragens e a melhoria do trabalho investigativo. No que tange à organização das informações, há um esforço contínuo de padronizar as classificações, através da redação e divulgação de manuais. Este processo, no entanto, ainda encontra resistências por parte dos policiais, que mantém arquivos particulares, com informações sobre criminosos, informantes e até registros de ocorrências, não incluindo as informações no banco de dados da instituição.

A resistência dos policiais às tentativas de padronização se soma à resistência com relação à publicidade dos dados, insumo necessário à proposição de políticas públicas.

---

<sup>9</sup> É importante salientar que os dados referentes à economia, saúde ou educação já são há algum tempo regularmente coletados e analisados, e que, recentemente, os dados oriundos das polícias tornaram-se relevantes nacionalmente, embora internacionalmente o país seja conhecido pela alta taxa de homicídio.

Entretanto, a resistência não deve ser encarada negativamente, ao contrário, deve ser considerada um indicador importante do impacto das políticas públicas em culturas institucionais. Quando não há nenhuma resistência é porque provavelmente as mudanças não estão surtindo os efeitos esperados.

A divulgação sistemática dos registros de ocorrência possibilita um diagnóstico preliminar, embora limitado, dos problemas que a população considera como mais graves. No entanto, ater-se apenas ao que foi registrado retifica a imagem da polícia como uma instituição destinada ao combate ao crime, em detrimento de uma outra imagem, também existente, da polícia mediadora de conflitos intracomunitários e de agência que articula a população a outras agências estatais.

É essa imagem da polícia que o projeto de integração das informações entre as duas corporações pretende apresentar. Atualmente, os dados dos atendimentos realizados pela Polícia Militar, seja através do COPOM<sup>10</sup>, seja mediante o Talão de Registro de Ocorrência, não são sistematizados e analisados. Destaca-se que esses dados são extremamente valiosos. Com eles, é possível observar diversas práticas policiais relativas ao que se chama de “feijoadá”, ou seja, o trabalho “assistencial”, que é considerado menos nobre, embora constitua 50% das atividades cotidianas, contabilizadas juntamente com processos administrativos – sem DP (36% de condução à DP obrigatória ou por opção das partes e 14% de atendimentos frustrados).

Simoni Lahud Guedes fez uma instigante análise sobre o sistema classificatório das ocorrências na Polícia Militar (2003), destacando que o sistema de registro trabalha conjugado a um sistema classificatório implícito, construído e transmitido pela ação e observação do trabalho dos “mais experientes”. Assim, “o sistema classificatório das ocorrências dirige o olhar para determinadas direções, hierarquiza e valoriza eventos, desvaloriza outros e obriga à construção de liames entre o vivido e o registrado” (2003:7).

O principal problema em transformar o conjunto de ocorrências em estatística está exatamente na dificuldade de transformar a classificação policial, que toma por referência a experiência vivida em anos de trabalho policial em uma outra classificação, a estatística, cujos critérios lhe são exteriores, genéricos e pretendem alcançar uma universalidade.

Tal dificuldade se revela à medida em que estamos tentando construir modelos de tradução que possibilitem a comparação entre os fatos registrados pela Polícia Civil, aonde o

---

<sup>10</sup> O Centro de Operações da Polícia Militar registra todas as chamadas feitas para o telefone de emergência (190) do município do Rio de Janeiro, excluindo-se a zona oeste.

cidadão vai apresentar sua queixa, com os fatos registrados pela Polícia Militar, que atende a seus chamados. Numa análise preliminar dos eventos, já é possível observar que há algumas divergências de classificações entre as duas instituições, o que certamente revelará o que é valorizado e desvalorizado pelas duas polícias.

A adoção da transparência como modelo de ação política tem sido valorizada como discurso no país, em especial, no que se refere à prestação de contas do uso de verbas públicas. Entretanto, este modelo contrasta com um outro, observável a partir das práticas rotineiras de funcionários públicos, chamada de “política do sigilo”. Sua característica principal é a expressão de um certo temor: os documentos públicos quando analisados podem significar censura a uma má administração. Segundo José Honório Rodrigues, a “política do sigilo” (1989: 13) corresponderia a uma velha tradição<sup>11</sup> portuguesa que pretende esconder e sonegar os documentos, independentemente do tempo já decorrido.

Esse desafio necessita ser enfrentado para que se possa efetivamente compreender que a relação entre informação e democracia é biunívoca, ou seja, uma não pode existir sem a outra (Ferrari, 2000). É preciso refletir também que esta relação deveria assegurar o direito-dever de informar, o que equivale à possibilidade de constituir e gerir fontes de informação, evitando-se os monopólios, bem como o direito de ser informado, o que corresponderia ao acesso a uma pluralidade de fontes informativas diferenciadas e de qualidade, evitando-se as informações manipuladas por má fé e/ou por ocultação de fatos.

### **3- Publicidade dos dados e o sentimento de (in) segurança**

A descrição de como os dados têm sido produzidos e analisados é o ponto de partida para a discussão de como são construídas algumas representações a respeito da insegurança e o medo da violência e sua relação com a mídia no Rio de Janeiro. Foram selecionadas inicialmente 141 reportagens publicadas em jornais de circulação diária, das quais foram 38 selecionadas, abrangendo os meses de junho, julho, setembro e outubro de 2003; fevereiro, maio, junho e julho de 2004, relativos ao monitoramento dos dados referentes aos registros de crimes no Estado<sup>12</sup>. A escolha deste recorte temporal está associada com a cobertura da imprensa durante a divulgação dos Boletins Mensais de Monitoramento e Análise, pelo

---

<sup>11</sup> O conceito de tradição é entendido aqui como um determinado “padrão”, oculto, produzido e reproduzido por um grupo através de suas práticas.

<sup>12</sup> O levantamento foi realizado pelos estudantes de Comunicação Social, Bárbara Tiago Bono e Gabriel Souza, e de Ciências Sociais, Eliane dos Santos da Luz, estagiários do ISP.

Instituto de Segurança Pública. Foram incluídas ainda algumas análises dos dados levantados pela pesquisa “Avaliação do sentimento de insegurança nos bairros da cidade do Rio de Janeiro”, em fase de conclusão<sup>13</sup>.

A seleção dos jornais ocorreu em função da participação de seus repórteres durante as entrevistas coletivas, quando foram apresentados os dados estatísticos, contando com a presença não só dos principais jornais fluminenses (O Globo, O Dia, O Fluminense, Extra, Jornal do Brasil e Jornal do Commercio), bem como de dois jornais paulistas (O Estado de São Paulo e A Folha de São Paulo).

Uma primeira constatação diz respeito ao espaço dado pelos jornais ao tema. Com exceção do Jornal Extra, cujas matérias sobre as estatísticas aparecem no caderno denominado “Geral”, os demais apresentaram suas matérias em seções chamadas de “Dia a Dia” / “Nosso Rio” / “Polícia” (O Dia); “Cidade” (O Fluminense e Jornal do Brasil); “Rio” (O Globo); “Cotidiano” (Folha de São Paulo); “Cidades” (O Estado de São Paulo); “Rio de Janeiro” (Jornal do Commercio).

Esta localização certamente não é casual e indica uma associação entre a representação do cotidiano da vida urbana ao aumento da violência e do crime, o que já foi amplamente analisado pela ciência social brasileira, conforme aponta Kant de Lima, Misse & Miranda (2000).

Um outro ponto importante diz respeito aos jornais paulistas que muitas vezes dão um maior destaque aos fatos ocorridos no Rio de Janeiro e pouco falam sobre os eventos ocorridos em São Paulo. Esse silêncio não pode ser considerado casual. Muito menos se pode imaginar que a principal metrópole do país seja um paraíso na terra, já que é pública a posição da política de segurança pública do estado de São Paulo, contrária à divulgação de informações relativas aos problemas locais. Atualmente, os dados são divulgados pela *internet* de forma agrupada, tais como crimes contra o patrimônio, crimes contra a vida etc, o que impossibilita qualquer tipo de comparação com os demais estados. Este fato, no entanto, tem sido pouco analisado, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto jornalístico.

A visibilidade dada à criminalidade do Rio de Janeiro em detrimento da existente em São Paulo é apontada por Michel Misse (1999) como a estratégia de construção de um

---

<sup>13</sup> A pesquisa quantitativa é financiada pela FAPERJ, tendo sido realizada em cinco bairros (Bonsucesso, Botafogo, Campo Grande, Lagoa, Pavuna), levando-se em conta o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de cada bairro, os critérios de renda, escolaridade, taxa anual de homicídios e população. Foram aplicados 400 questionários em cada bairro a partir de uma amostra por cotas de gênero e idade, totalizando 2.000 pessoas. Participaram desse projeto os pesquisadores do ISP: Ana Luísa Vieira de Azevedo, Andréia Soares Pinto, Renato Coelho Dirk.

“paradigma da violência carioca”, que se constitui em torno da representação de um perigo social que poderia contaminar o país, expresso pelo discurso do “aumento da violência” a partir da década de 1980. Isso coincide com o período de democratização do país e com a expansão do ‘banditismo’, que deixa de ser exclusividade das classes pobres e se estende às classes médias e elites da cidade. Como consequência os signos da violência passaram a ser os fatos que se apresentam sob a forma de desordem, caos urbano e falta de controle por parte do Estado, como se o passado recente tivesse sido diferente deste quadro.

O espaço dado ao crime não é o único objeto interessante do ponto de vista analítico. Conforme nos assinala João Trajano Sento Sé, o mais relevante seria a forma de abordagem, ou seja, a compreensão do modo como essas modalidades discursivas são construídas. Questionando a qualidade das abordagens a respeito da segurança pública, João Trajano afirma: “despojada de maior consistência analítica, a imprensa, em geral, e a mídia escrita, em particular, se restringem a acionar os mecanismos afetivos de produção de notícia na veiculação de casos envolvendo a violência. É gritante a ausência da contrapartida mais ponderada de uma exposição ainda que eventual, consistente e informada do quadro em que os eventos relatados devem ser colocados.” (2003: 35).

É certo que a mídia não cria a realidade, ela faz parte dela, mas a falta de consistência analítica a torna um instrumento forte para a divulgação e reprodução dos atos de violência. Ela constrói um discurso e/ou uma imagem do transgressor como um Outro que é estranho, que não pertence à sociedade, vivendo quase na animalidade, a quem se deve temer e, portanto, afastar do convívio social<sup>14</sup>.

Essa visão conservadora predomina nas análises sobre a violência, tendo como uma rara exceção o trabalho organizado por Pereira *et alii* (2000), que sustenta não ter a violência necessariamente uma conotação negativa. Esta pode ser uma forma de expressar o descontentamento diante da realidade e até de deflagrar processos de renovação social, constituindo-se, assim, em um fenômeno de caráter polissêmico, para o qual as análises normativas e morais não se adequam. Ou seja, trata-se de compreender o papel e o sentido que tem a violência, ou suas formas de manifestação, a partir do ponto de vista da dinâmica cultural de uma dada sociedade.

Nesse sentido, a violência no Brasil pode ser pensada a partir de uma dupla perspectiva: “por um lado, surge como uma realidade alheia e hostil à realização mais plena das tentativas democratizantes da sociedade em todos os níveis, da marginalização do

---

<sup>14</sup> Sobre o tema ver Benevides, 1981; Cardia, 1994; Minayo, 1999; Rondelli, 1997 e 2000.

pequeno criminoso até a repressão militar de conflitos trabalhistas. Por outro, a violência aparece como expressão limite de articulações culturais dinâmicas, a opção para reivindicar exigências sociais justas, a forma de representar novas identidades culturais ou ressimbolizar a situação de marginalidade, dando, assim, início a uma tentativa de superação da exclusão social” (Pereira *et alii*, 2000:14-15).

A mídia é uma das instituições políticas, tal como a universidade e a polícia, que produzem e transmitem verdades, no sentido que Foucault definia como “um conjunto de procedimentos para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (1990: 14). Trata-se, portanto, de uma disputa não “em favor da verdade”, mas sim dos efeitos de poder que se obtém ao se poder classificar o que é falso ou verdadeiro.

A credibilidade desfrutada pelos meios de comunicação é um dos dispositivos de sua influência na construção dos discursos, que se contrapõe à baixa credibilidade das instituições policiais, conforme podemos observar a partir dos dados levantados na pesquisa “Avaliação do sentimento de insegurança nos bairros da cidade do Rio de Janeiro”. Nos cinco bairros da cidade do Rio de Janeiro pesquisados, 67,2% dos entrevistados afirmaram confiar nos meios de comunicação, enquanto 40,3% disseram confiar na Polícia Civil e apenas 30,0% confiam na Polícia Militar. Quando perguntados se o que sai na mídia sobre a criminalidade no bairro, 45,2% afirmaram que os meios de comunicação refletem bem os fatos ocorridos; 30,4% disseram que exageram os fatos ocorridos; e 19,8% falaram que há uma diminuição dos fatos ocorridos; 4,8% não sabem ou não responderam.

Quando perguntados sobre o destaque dado às notícias sobre criminalidade no Rio, 76,1% dos entrevistados afirmaram que o destaque é grande, contra 20,3% que discordaram dessa idéia, e 3,7% que não sabem/não responderam. Quanto às razões para esse fato, 45,3% das pessoas disseram que a atuação do crime organizado é responsável pelo destaque na mídia; 21,7% alegaram que a cidade tem fama de violenta; 17,7% responderam que isso se deve à importância da cidade no país; 12,6% apontaram que a cidade tem fama de ter uma polícia violenta; os demais apresentaram outros fatores.

A credibilidade maior dos meios de comunicação do que das instituições policiais assegura uma maior influência no público, à medida em que transmite uma imagem de sinceridade e neutralidade, o que não ocorreria com as instituições policiais. A recepção de uma mensagem veiculada pela imprensa, cujo conteúdo seja proveniente de informações policiais, já provoca uma desconfiança a respeito de sua veracidade, não só nos leitores, mas também entre os próprios jornalistas, que geralmente partem do mesmo pressuposto. A isso se

soma o fato de que os dados oriundos de fontes policiais são analisados por um órgão estatal, embora técnico, o que também o torna suspeito. Nesse caso, o fluxo de comunicação já tem seu início comprometido.

A análise de algumas manchetes originadas a partir da apresentação pública de dados estatísticos permite fazer algumas considerações importantes a respeito da construção de narrativas sobre o crime (Caldeira, 2000), que teriam a função de (re) ordenar o mundo a partir da repetição de histórias que, por sua vez, só serviriam para reforçar as sensações de perigo e de insegurança.

Considerando que a divulgação dos dados oficiais é feita mediante a apresentação de um resumo do Boletim Mensal, durante uma entrevista coletiva, optou-se por selecionar apenas as matérias que apresentaram de formas distintas as estatísticas de um mesmo período, tomando como referência a manchete e o subtítulo da notícia. Estão em destaque as notícias relativas ao mesmo mês, na tabela a seguir.

<i>Data</i>	<i>Jornal</i>	<i>Manchete</i>	<i>Subtítulo</i>
08/07/2003	Jornal do Brasil	Cresce o número de roubos no Estado	Assaltos a pessoas, comércio e residências são responsáveis pelo aumento da sensação de insegurança
08/07/2003	O Fluminense	Nova metodologia para analisar índices	Segundo dados do Estado, de 10 modalidades comparadas, apenas 3 tiveram alta em um ano
08/07/2003	O Dia	Roubos a lojas crescem	Três tipos de crime tiveram aumento e sete caíram em maio
22/07/2003	Jornal do Comercio	Cai o número de assaltos, homicídios e latrocínios	Junho teve menos crimes, em comparação com o do ano passado
22/07/2003	O Globo	Estatística da violência e junho tem queda em 7 dos 10 índices principais	Número de mortes em confrontos com a polícia aumenta quase 50%
29/08/2003	Extra	A asfíxia vai continuar	Estado comemora queda no número de carros roubados e fim dos assaltos a bancos
29/08/2003	Jornal do Comercio	Mais latrocínio e menos assaltos e roubo de carro	Secretaria de Segurança divulga índices apurados em julho
29/08/2003	O Fluminense	Aumenta número de roubos a lojas e residências no Estado	Secretaria de Segurança Pública considera gravíssima a situação em Niterói
23/09/2003	Jornal do Comercio	Só índices de homicídio doloso e assalto a residência sobem	Violência: Em agosto houve queda em 8 dos 10 crimes monitorados
23/09/2003	Jornal do Brasil	Roubos e assassinatos crescem no Rio	Estatísticas de criminalidade indicam aumento de homicídios e ataques a residências no Estado
17/10/2003	Folha de São Paulo	Polícia do Rio mata mais do que em 2002	De janeiro a setembro de 2003, foram 917 civis mortos em confrontos; incidência de 8 tipos de crime sofre queda
17/10/2003	O Globo	Violência: índices caem, mas assalto a casas sobe	-----
14/11/2003	O Globo	Estatística oficial aponta redução na criminalidade	Nove crimes caíram. Mortes em confronto aumentam 80%
14/11/2003	Jornal do Comercio	Índice de violência cai, mas assalto ao comércio aumenta	Nove itens analisados apresentam queda

18/02/2004	Extra	Caem os índices de violência no estado	
18/02/2004	O Fluminense	Secretaria divulga nova queda na criminalidade	Pelos números oficiais, nove dos 10 delitos considerados mais importantes sofreram redução em janeiro com relação ao mesmo período de 2003
18/02/2004	O Dia	Perigo dentro de casa	Número de assaltos a residência é o único a não cair entre os 10 tipos de delito
21/04/2004	O Globo	Estatística aponta redução em oito índices de criminalidade no Estado	Números são menores do que os de março de 2003, mas estão em alta
21/04/2004	Jornal do Comercio	Em dez modalidades, apenas latrocínio cresceu	Estatística mostra queda
18/05/2004	Extra	Oito crimes registraram queda no mês de abril	
18/05/2004	Jornal do Brasil	Crescem roubos e latrocínio	
18/05/2004	O Estado de São Paulo	Sobe número de assaltos e latrocínios no Rio	Apesar disso, invasão de casas é o crime tido como mais problemático na cidade
18/05/2004	O Dia	Sobem índices de dois crimes	Roubos a pedestres e seguidos de morte cresceram mês passado
18/05/2004	O Globo	Caem números de oito tipos de crimes	Latrocínio confirma tendência de aumento e assaltos a pedestre têm 361 casos a mais
18/05/2004	Folha de São Paulo	Números de latrocínios e de roubos a pedestres aumentam no Rio	

Pobre do leitor que se utilizar de diversas fontes para estar bem informado! Se considerasse as manchetes publicadas em julho de 2003, relativas aos dados divulgados sobre o mês de junho de 2003, não chegaria à conclusão alguma, já que duas se referem à queda e outras duas se referem ao aumento dos crimes. Afinal, o que teria acontecido com os registros de crime no estado?

A primeira observação que podemos fazer é que, em primeiro lugar, há uma confusão entre as noções de criminalidade e violência utilizadas propositadamente como sinônimas. Essa associação provoca uma série de equívocos. É sabido que não se pode falar de violência e sim de violências, devendo ser entendidas como um conjunto de representações de uma idealidade negativa que se opõe às idéias de paz, consenso, segurança, integração e harmonia social (Misse, *op. cit.*). Nota-se ainda que a criminalidade aparece nas notícias como um conjunto de práticas (roubos e homicídios) resultantes da ineficácia da ação repressiva da polícia, o que contradiz a proposta de Machado da Silva (1995 e 1999), de que a criminalidade não pode ser compreendida apenas pela perspectiva de referência ao Estado (ausência do Estado; Estado paralelo etc.), e sim pela sua organização social e suas redes de sustentação. O que está em jogo é principalmente o questionamento sobre os mecanismos formais e informais de controle social, e não apenas o papel do Estado. Violência e criminalidade são, portanto, questões distintas que só podem se tornar sinônimas quando se considera que na interpretação dada pela imprensa há uma mensagem oculta de que o Estado

deve atuar para aniquilar os conflitos, restaurando a ordem, numa concepção unitária e homogeneizadora da vida social.

A associação das noções de criminalidade e violência acaba também por obscurecer outras modalidades criminosas, em especial as que se referem aos crimes econômicos (lavagem de dinheiro, corrupção, sonegação)<sup>15</sup>.

Uma segunda observação diz respeito à representação construída sobre as análises elaboradas pelo NUPESP, que enfatizam o fato de que estamos trabalhando com os registros de ocorrência, que não correspondem à totalidade de eventos ocorridos no mês anterior. De modo geral, os jornais possuem uma postura ambígua, ora se referem aos números como a realidade nua e crua, ora insinuam que os números não são reais porque seriam maquiados.

A terceira observação se refere ao uso constante dos verbos no tempo presente do modo indicativo, o que do ponto de vista gramatical, significa que o processo ocorre simultaneamente ao momento em que se fala. Embora seja possível, na Língua Portuguesa, o uso do presente significando um processo já ocorrido no passado, essa forma discursiva propicia ao leitor a impressão de que aquele fato continua acontecendo na mesma intensidade.

Uma última observação corresponde à abordagem dada pelos diferentes órgãos de imprensa aos números. Ao longo de nossa análise, observamos que o Jornal O Dia, em seus títulos, dá maior ênfase a dados negativos, o que faz com que o leitor tenha de imediato uma má interpretação dos dados. Já jornais como O Globo e Extra, do mesmo grupo editorial, valorizam os dados de delitos em queda, não deixando de divulgar, através do subtítulo, os dados relevantes em alta.

O Jornal do Brasil destaca em suas manchetes somente dados de delitos em alta, revelando os números na íntegra apenas no decorrer do texto. O jornal O Fluminense, por sua vez, apresenta em suas matérias os dados positivos dos índices, valorizando-os. Por fim, o Jornal do Comércio foi o único que informou os dados de maneira íntegra, de forma a não gerar uma opinião ou interpretação direta sobre o assunto.

Podemos concluir que há de modo geral, uma abordagem que privilegia a denúncia como forma discursiva, em detrimento da descrição, que seria a técnica mais adequada em face do conteúdo abordado.

A denúncia funciona como uma espécie de acusação, onde os fatos relatados equivalem a uma imputação de erro ou culpa a outrem, mesmo que não se tenha provas da

---

<sup>15</sup> Sobre a relação entre os crimes econômicos e a mídia ver Miranda (1999) e (2002).

veracidade da mesma. Essa abordagem privilegia a construção de um discurso homogêneo, que não favorece a reflexão crítica.

Ao contrário do que se pensa comumente, a leitura de um jornal pode conformar o leitor à condição de um sujeito receptor acrítico de informações, ao mesmo tempo em que o faz acreditar que está lidando com a realidade (Serra, 1980).

Assim, as narrativas que enfatizam o crime fazem o medo proliferar, já que tornam plausível a idéia de que o leitor será mais uma vítima; as narrativas denunciastas podem ainda reificar preconceitos e a definição de certos lugares e grupos como perigosos, como revelam os dados levantados pela pesquisa “Avaliação do sentimento de insegurança nos bairros do Rio de Janeiro”.

<b>Características de um Lugar Perigoso</b>		
	<b>Abs</b>	<b>%</b>
<b>1.Condições do local</b>	859	44,26%
<b>2. Proximidade a outros lugares considerados perigosos</b>	307	15,82%
<b>3. Presença de elementos suspeitos</b>	114	5,87%
<b>4.Ocorrência de crimes e atos de violência</b>	93	4,79%
<b>5. Presença de tráfico de drogas</b>	59	3,04%
<b>6.Com policiamento</b>	7	0,36%
<b>7.Sem policiamento</b>	229	11,80%
<b>8. Lugares específicos</b>	119	6,13%
<b>9.Todo lugar</b>	117	6,03%
<b>10. Outros</b>	37	1,91%
<b>Total</b>	<b>1941</b>	<b>100,00%</b>

As categorias da tabela agrupam informações obtidas através da pergunta aberta “ **O senhor saberia reconhecer um lugar perigoso ? Quais suas características ?**”, englobando termos e expressões espontâneas, de acordo com os seguintes critérios: **1.Condições do local:** deserto, pouco movimentado, mal iluminado, escuro, com becos, matagais, lugares desocupados, trânsito parado ou parada em sinais, ambiente suspeito, hostil, agitado, pesado; **2. Proximidade a outros lugares considerados perigosos:** favelas, comunidades carentes, pobres ou sem recursos; **3. Presença de elementos suspeitos:** pivetes, mendigos, drogados, pessoas suspeitas, estranhas, de má índole, desocupadas, desempregadas, pessoas armadas, bandidos; **4.Ocorrência de crimes e atos de violência:** tiroteio, assassinatos, assaltos constantes; **5. Presença de tráfico de drogas;** **6.Com policiamento;** **7.Sem policiamento;** **8.**

**Lugares específicos:** exemplos de nomes de locais considerados perigosos **9. Todo lugar:** sem especificar condições; **10. Outros:** termos e expressões muito específicos.

A forma simplista, e até caricatural, como essas narrativas são construídas acabam por reforçar modelos segregacionistas, posto que tentam eliminar as ambigüidades e complexidades do processo de administração e controle de conflitos. Os discursos produzidos tentam também reorganizar o mundo como uma ordem social homogênea e estática, em contraposição às experiências vividas em crimes, que desorganizam o mundo.

Configura-se, deste modo, que a segurança é, do ponto de vista individual, um sentimento que resulta da crença de que não há risco ou perigo iminente. O sentimento de insegurança é caracterizado, segundo Roché (1990 e 1998), pelo medo e a preocupação com a ordem. Embora seja difícil mensurá-lo, o sentimento de insegurança não é irreal ou imaginário. O sentimento de insegurança, no nível ideal-típico do medo, se associaria a uma sensação difusa de angústia ou de ansiedade que permaneceria para além dos acontecimentos e que não possuiria um objeto definido.

O medo é uma construção social (Delumeau, 1990), onde se teme o que se considera ser um grande perigo, não se levando em conta os riscos mais frequentes. O crescimento dos índices de criminalidade não explica o medo e o sentimento de insegurança<sup>16</sup>. Existem, portanto, outros fatores, muitos de ordem subjetiva, incidindo sobre o sentimento de insegurança, além do conhecimento sobre o número efetivo de ocorrências criminais.

Então, se os dados da criminalidade não incidem diretamente sobre o sentimento de insegurança e se as estatísticas são reconhecidamente imprecisas, caberia perguntar por que elas seriam informações relevantes para a construção de políticas públicas de segurança?

É relevante a divulgação dos dados estatísticos por duas razões principais: dar visibilidade ao trabalho policial e, por conseqüência, aumentar a possibilidade de cobrança por resultados, pela população e pelo poder público; bem como possibilitar, mesmo que indiretamente, a utilização dos dados como base para a implementação de planejamento nas políticas de segurança de caráter universalista, e não particularista, como tem sido a tradição. Reforça-se, assim, a idéia de que a segurança pública é um serviço que deve ser oferecido pelo Estado a todos os cidadãos de modo racional, “em termos objetivos (diminuição de riscos e perigos reais) e subjetivos (diminuição do medo)” (Silva, 2003:1).

A redução do medo como conseqüência de políticas públicas, passa pela compreensão do que se tem medo?, quais suas causas?, quais seus efeitos?, quais lugares estão presentes?,

---

<sup>16</sup> Ver Sento-Sé, 2003, 25.

e quais as classes sociais que o sentem? Esses dados serão analisados no relatório final da pesquisa “Avaliação do sentimento de insegurança nos bairros do Rio de Janeiro”, quando realizaremos uma discussão mais aprofundada sobre o medo, o sentimento de insegurança e a ordem pública.

## **Bibliografia**

Beato Filho, Claudio. Fontes de Dados Policiais em Estudos Criminológicos: Limites e Potenciais. In: *Segurança Pública no Brasil: uma discussão sobre bases de dados e questões metodológicas*. Rio de Janeiro: UCAM/IPEA, 2000.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2004.

Benevides, Maria Victória de M. “A Violência através da Imprensa: Os Linchamentos e a Justiça Popular”. *Espaço & Debates*, Ano 1, nº 3, 1981.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.

Cardia, Nancy. “Mídia e Violência”. *Comunicação & Política*, vol. 1, nº 2, pp. 63-73, dez.-mar. 1994, Rio de Janeiro.

Delumeau, Jean. Le sentiment de sécurité dans l’histoire. In: *Les Cahiers de la Sécurité Interieure*. Paris, 1990, p. 19-26.

Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Política Pública para a Segurança. Justiça e Cidadania: plano estadual*. Rio de Janeiro, 2000.

Ferrari, Vincenzo. Democracia e informação no final do século XX. In: Guimarães, C. & Junior, C. *Informação e democracia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

Foucault, Michel. *A microfísica do poder*. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Guedes, Simoni Lahud. *O sistema classificatório das ocorrências da Polícia Militar do Rio de Janeiro e a organização da experiência policial: uma análise preliminar*. Apresentado no Seminário Formas Primitivas de classificação: cem anos depois, Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

Kant de Lima, Roberto; Misse, Michel & Miranda, Ana Paula Mendes de. “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia.” *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica de Ciências Sociais*, nº 50, 2º sem. 2000, p. 45-123.

Kant de Lima, Roberto. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, Forense, 1995.

Machado da Silva, Luiz A. Um Problema na Interpretação da Criminalidade Urbana Violenta. *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, jul.-dez. 1995, pp. 493-51, Brasília.

\_\_\_\_\_. "Criminalidade Violenta: Por uma Nova Perspectiva de Análise". *Revista de Sociologia e Política*, nº 3, 1999, pp. 115-124, Curitiba.

Minayo, Maria Cecília de S. *Fala, Galera: Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/ Brasília, Garamond/Unesco, 1999.

Miranda, Ana Paula M. de. *Arquivo Público: um segredo bem guardado?*. Premiado em 3º lugar no 1º Concurso de Monografias sobre Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro, Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. "Soltando o Leão: Observações sobre as Práticas de Fiscalização do Imposto de Renda". *Cadernos de Campo*, nº 8, 1999, pp. 29-44, USP.

\_\_\_\_\_. "Cartório: onde a tradição tem registro público". *Revista Contemporânea de Antropologia e Política*, Niterói, 8: 1, 2000, p. 59-75.

\_\_\_\_\_. *et al. Os crimes que se contam nos jornais*. Apresentado na XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na UFRGS, Gramado, em junho de 2002.

Misse, Michel . *Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

Pereira, Carlos A. M. *et alii Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

Ramos, Julio César. *Sociedade e polícia – uma parceria possível. Propostas de mudanças nas estratégias de intervenção policial no Rio de Janeiro com vistas à polícia cidadã*. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, Niterói, 2002.

Roché, Sebastian. Intervention publique et sociabilité. Essai sur le probleme de l'insecurité en France. *Deviance et Société*, vol. XIV, n. 1, mars 1990, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. Expliquer le sentiment d'insecurité. Pression, exposition, vulnérabilité et acceptabilité. *Revue Française de Science Politique*, vol. 48, n. 2, avril 1998.

Rodrigues, José Honório. "Acessibilidade do público aos documentos. Sigilo e reserva" In: ACERVO - Revista do Arquivo Nacional, v. 4, n. 2, jul-dez. 1989 -v.5, n.1, jan-jun. 1990, p. 7-12.

Rondelli, Elizabeth. Mídia e Violência: Ação Testemunhal, Práticas Discursivas, Sentidos Sociais e Alteridade. *Comunicação & Política*, vol. 4, nº 3, set.-dez. 1997, pp. 141-160.

\_\_\_\_\_. *Imagens da Violência e Práticas Discursivas. In: Pereira, C. A. M. et alii, Linguagens da Violência.* Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Sento-Sé, João Trajano. *Violência, medo e mídia: Notas para um programa de pesquisa, Comum*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 21, p. 24-38, jul/dez 2003.

Serra, Antônio. *O Desvio Nosso de Cada Dia. A Representação do Cotidiano num Jornal Popular.* Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

Silva, Jorge da. *Segurança Pública e polícia: criminologia crítica aplicada*, Rio de Janeiro: Forense, 2003.